

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 10 A 16 DE JULHO DE 1982
Nº 192 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor

Domicio Pereira de Matos

Conselho Editorial

Carlos Cunha

Carlos Rodrigues Brandão

Heloísa Martins

Jether Ramalho

Letícia Cotrim

Neide Esterci

Paulo Ayres Matos

Paulo Cezar Botas

Rubem T. de Almeida

Zwinglio Mota Dias

CEDI

Centro Ecumênico

de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos

Tel.: 205-5197

22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983

Tel.: 66-7273

01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

**Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.**

Caixa Postal 16.082

22221 Rio de Janeiro RJ

**Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida**

TRABALHADORES URBANOS

ENCLAT DEVERÁ SER MAIS REPRESENTATIVA

O 2º Encontro da Classe Trabalhadora do Estado de São Paulo (Enclat), que se realizará no final do mês na Capital, será melhor organizado e mais numeroso que o do ano passado. A Comissão Sindical Única de São Paulo - coordenadora do encontro - aguarda o comparecimento de mil delegados, eleitos por suas categorias profissionais e representando cerca de 100 sindicatos e associações de classe. Integrantes da Comissão Sindical Única informaram que além de não haver divergências sobre a data de realização do encontro, os organizadores contam este ano com um novo dado: a melhor estruturação das intersindicais em São Paulo. No ano passado, participaram do 1º Enclat apenas os trabalhadores da Capital. Desta vez, aguarda-se o comparecimento de delegados da Baixada Santista, ABC, Guarulhos, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Taubaté, Araras, Sorocaba e Campinas. Os trabalhos do 2º Enclat serão instalados no Sindicato dos Químicos, onde se desenvolverão as reuniões plenárias nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto. Somente os delegados eleitos em assembleias de suas categorias terão direito a voz e voto. O temário do encontro é o mesmo que foi definido para a 2ª Conclat: A questão Nacional e o Avanço da Luta dos Trabalhadores; Movimento Sindical - Organização da CUT a níveis Estadual e Nacional (carta de princípios e estatutos) e a Questão Internacional. (FSP - 14/7/82)

CONCLAT: ABC PODERIA SER A NOVA SEDE

A possibilidade da Conclat se realizar no ABC (SP) foi debatida ontem entre Jair Menegueli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e o prefeito Tito Costa, num encontro havido à tarde, na sede do Executivo de São Bernardo do Campo. Ao final, Tito Costa garantia "que iria estudar o assunto", mas descartava a possibilidade de ceder as instalações do pavilhão "Vera Cruz" para reuniões plenárias "pois em agosto, naquele local, teremos a Feira dos Móveis". Para Jair Menegueli, o ABC - e mais precisamente São Bernardo do Campo - é uma das opções para realização do Congresso, "pois aqui surgiu o novo sindicalismo brasileiro". Ele reprimiu a atitude da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos e do Sindicato da classe em São Paulo, "que negaram suas colônias de férias de Praia Grande" para acomodar os quase 5 mil participantes do encontro, "criando essa dificuldade com intuições meramente políticas". (FSP - 13/7/82)

DEPUTADOS DO PDS DENUNCIADOS

Através de matéria paga a ser divulgada pela imprensa paulista até o final desta semana, doze federações de trabalhadores do Estado de São Paulo denunciam todos os nomes dos deputados do PDS que, em junho passado, omitiram-se na votação do "pacote previdenciário". O documento aprovado pelas federações relaciona 28 deputados do partido do governo e alerta os trabalhadores: "Anotem esses nomes e não se esqueçam de cobrar e pagar, negando-lhes voto". O documento lembra o dia da votação do "pacote previdenciário", quando milhares de trabalhadores lotaram as galerias do Congresso para "assistir, revoltados, ao triste espetáculo da ausência no plenário de toda a bancada do PDS, que teve o intuito de permitir que o 'pacote previdenciário' fosse aprovado por decurso de prazo, pois as lideranças do partido governista haviam fechado questão em torno da matéria". Em seguida, os signatários recordam que esses mesmos parlamentares, poucos dias depois, "compareceram, maciçamente ao Con-

gresso Nacional para votar outro 'pacote', o "pacote eleitoral", cuja aprovação vinha de encontro aos seus interesses pessoais e partidários". Ao final de três páginas, o documento traz a relação dos deputados em ordem alfabética: Adalberto Camargo, Adhemar de Barros Filho, Alcides Franciscato, Antônio Morimoto, Antônio Zacharias, Athiê Jorge Coury, Bezerra de Melo, Cândido Sampaio, Cardoso de Almeida, Cunha Bueno, Diogo Nomura, Erasmo Dias, Francisco Leão, Francisco Rossi, Gioia Júnior, Herbert Levy, Jairo Maltoni, João Arruda, Jorge Paulo, José Camargo, José de Castro Coimbra, Maluly Neto, Natal Gale, Roberto Carvalho, Rui Silva, Salvador Julianeli, Sílvio Fernandes Lopes e Octávio Torrecilla.
(FSP - 13/7/82)

TRABALHADORES RURAIS

A situação dos flagelados pela seca no Nordeste se agrava, apesar do "otimismo" do Ministro do Interior (ver Aconteceu nº 191) que, neste número, é desmentido por agrônomo da ABRA. Um Senador oposicionista, por sua vez, atribui a grave situação às medidas inconsequentes do governo.

FLAGELADOS: TENSÃO NO CEARÁ

Já existe tensão social em vários municípios cearenses atingidos pela seca, reconheceu ontem, em Fortaleza, o governador do Estado, ao informar que "todos os serviços de segurança do Estado - Secretaria de Segurança e Serviço Estadual de Informações - estão atentos para a evolução do grave momento que atravessamos". Em telex encaminhado anteontem à noite ao presidente Figueiredo, ao ministro do Interior e ao superintendente da Sudene, o governador solicita "providências urgentes", ao mesmo tempo em que informa ter adotado medidas preliminares. Admite, porém, que poderá haver agravamento da situação caso as providências não sejam adotadas com rapidez. As decisões tomadas pelo governo do Estado não ajudam muito: ao receber as informações de invasões ou saques das cidades, o governador autoriza - mas não paga - a distribuição de alimentos por parte das prefeituras aos flagelados. "A nossa grande preocupação é a de darmos emprego para a grande massa de trabalhadores desempregada em função da desmobilização do plano de emergência", informou um auxiliar ao pedir para não ter sua identidade revelada. Ontem, por volta das 11 horas, um grupo de 600 flagelados invadiu a cidade de Brejo Santo, a 600 quilômetros ao sul de Fortaleza, exigindo alimentos e trabalho. Embora pacificamente, os flagelados postaram-se em frente à Prefeitura solicitando ajuda ao prefeito. (ESP - 11/7/82)

NOVA INVASÃO DE FLAGELADOS

Cerca de 2 mil flagelados saquearam ontem o depósito de cereais da Secretaria de Agricultura do Ceará localizado em Solonópole, a 331 km de Fortaleza, que é invadida pela segunda vez em 10 dias. Orós e Icó também foram saqueadas ontem por flagelados. (JB - 13/7/82)

SECA PROVOCA FOME NA BA

O Prefeito Joaci Dourado, de Irecê (BA), informou ontem que havia sempre mais de 15 pessoas à porta de sua casa, com fome. Disse que "a situação social já está quase incontrolável" e que "existem mais de 20 mil pessoas desempregadas na região e sem nenhuma condição de arranjar

trabalho". Trece, região produtora de cereais do Nordeste, não teve chuvas este ano e lá a seca se arrasta há quatro anos. Em razão disso, a produção esperada de feijão - 4 milhões de sacas - ficou reduzida a pouco mais de 300 mil. Segundo o Prefeito Joaci Dourado, a situação se agravou depois que o Governo federal resolveu suspender as frentes de trabalho e não colocou em prática até hoje nenhum outro programa alternativo para dar assistência às regiões flageladas. (JB - 13/7/82)

AGRÔNOMO DESMENTE MINISTRO

"As invasões que vêm ocorrendo em todos os Estados do Nordeste não podem ser consideradas fatos isolados. Elas são o prenúncio de uma revolta de consequências sangrentas, caso o governo permaneça indiferente à fome do sertanejo, pois este não tem nem alimento nem emprego." Com essas palavras, o agrônomo Jorge Coelho, delegado da Associação Brasileira de Reforma Agrária em Petrolina, responde às afirmações do ministro do Interior (ver Aconteceu nº 191), de que os deslocamentos de flagelados sejam um problema geral causado pela seca. O agrônomo denunciou as providências governamentais como paliativas e dirigidas "de modo a privilegiar cabos eleitorais do governo, mediante a distribuição de recursos que nada produzem. A insistência com que o governo as coloca como prioritárias só se justifica pelo fato de prefeitos e políticos da situação manipularem as verbas para fins eleitorais". Apesar das promessas do governo de reativar um programa de emergência com a criação dos "bolsões da seca", a situação no interior da Paraíba é de grande tensão, pelo temor de novas invasões e saques de cidades. (FSP - 13/7/82)

SENADOR RESPONSABILIZA GOVERNO POR SITUAÇÃO NO NE

Mais de um milhão de nordestinos, liberados das frentes de trabalho criadas pelo governo federal, perambulam sem destino e podem atacar vilas e cidades, porque não têm como se manter. Esta advertência foi feita, ontem, pelo senador Agenor Maria, do PMDB-RN que responsabilizou o governo pela situação de dificuldades com que se defronta o Nordeste, no momento. Assinalou que a política de criação de frentes de trabalho, em caráter de emergência, gerou distorções graves, porque se prestou a manipulações eleitoreiras e favoreceu o coronelismo político. A remuneração dos trabalhadores nas frentes de trabalho - segundo ele - era com pensadora para quantos não precisavam, de fato, trabalhar no campo. Quanto aos verdadeiros necessitados, o salário nas frentes mal dava para evitar que eles morressem de fome. Sucedeu, então, que milhares de protegidos de chefes políticos foram incluídos nas frentes, apenas para efeito de receberem salário. Para corrigir tal distorção, o governo resolveu pura e simplesmente eliminar as frentes de emergência. "Resultado: não há trabalho para os que precisam sobreviver e os que eram favorecidos pelas distorções do processo se acostumaram a ganhar sem trabalhar", frisou Agenor. O oposicionista considera de extrema gravidade a situação do Nordeste e receia que as invasões e saques nas vilas e cidades se multipliquem incontrolavelmente, porque - a seu ver - "o Executivo não possui nenhum projeto coerente e exequível para minorar as injustiças sociais na região". (FSP - 14/7/82)

ÍNDIOS

Destacamos e repudiamos nesta semana a compulsória ligação de trompas da índia KAIABI que teve trigêmeos. Ninguém assumiu, de fato, a responsabilidade do ato que pode ter implicações desastrosas para a mãe dentro de sua comunidade por não poder mais gerar filhos.

ÍNDIA LIGA TROMPAS APÓS TRIGÊMEOS

O médico Raimundo Cavalcanti, obstetra, diz que a FUNAI autorizou. A FUNAI, segundo seu assessor de Imprensa, nega. O fato é que a índia Everon Kaiabi, de aproximadamente 25 anos de idade, mãe de trigêmeos que nasceram sábado no Hospital de Base do Distrito Federal, teve suas trompas ligadas. A enfermeira Onea dos Santos, do hospital, garante que, consultada, Everon concordou em ligar as trompas. A índia não pode confirmar a informação de Onea, porque mal sabe falar o português: Fala apenas sua própria língua. O assessor de imprensa da FUNAI admite que a índia não poderia ter autorizado a ligação de trompas porque, pela lei, é juridicamente irresponsável. O obstetra Raimundo Cavalcanti negou, de inicio, que ele e mais dois médicos do hospital tivessem ligado as trompas de Everon. Depois, confessou e desculpou-se: "Tivemos autorização da Funai, já que, oficialmente, a assinatura de índios não tem efeito legal." O assessor de imprensa negou a autorização e argumentou: Não interferimos na cultura dos índios, e se houve ligadura de trompas foi porque os médicos acharam que a saúde de Everon não permitia que ela engravidasse outra vez. O único problema de saúde que Everon tinha, ao chegar ao Hospital de Brasília, era uma infecção dentária, como reconheceu o obstetra Raimundo Cavalcanti. (JB - 14/7/82)

CIMI CONDENNA HOSPITAL

O CIMI enviou carta ao procurador-geral da Justiça, na qual condena os médicos do Hospital de Base de Brasília por terem "mutilado a parturiente", no caso da índia Everon, submetida a uma operação de ligação de trompas, após dar a luz a trigêmeos, no sábado. Segundo o CIMI, a operação não poderia ter sido feita sem autorização da FUNAI. (ESP - 16/7/82)

ÍNDIOS PROÍBEM TURISMO E PESCA EM SUA RESERVA

Os líderes dos índios Carajá e Tapirapé, que vivem no Parque Indígena do Araguaia, decidiram proibir o turismo em seu território. A decisão foi tomada no último dia 7, antes de ser iniciada a estação de pesca na região do rio Araguaia. A informação foi dada ontem pelo secretariado do CIMI. A estação turística na ilha do Bananal começa em julho e é explorada pela empresa André Safari Tours, que mantém um hotel flutuante para turistas ao preço de 72 mil cruzeiros por pessoa. As excursões são feitas entre as cidades de Santa Teresinha (MT) e o rio Tapirapé. O hotel flutuante é sempre acompanhado por lanchas que transportam os turistas até as praias, localizadas em território indígena. Alegam os líderes indígenas que o turismo tem prejudicado a pesca "porque os turistas ficam matando peixe à toa" e o barulho feito pelas lanchas e pelo gerador do hotel flutuante "assusta as tracajás (espécie de tartaruga), na época da desova". Além disso, os detritos da cozinha e do banheiro do hotel flutuante são despejados no rio, poluindo-o e provocando o risco de doenças. O controle será feito pelos próprios índios, que vão impedir o acesso das embarcações equipadas para pesca, evitando, principalmente, a ação dos mariscadores (pescadores de pirarucu). Segundo denún-

~~cia feita pelo Cimi, a empresa turística vai muito longe no desrespeito aos índios." (FSP - 10/7/82)~~

FUNAI SUBESTIMA DANOS QUE CARAJÁS CAUSARÁ A ÍNDIOS

Cortando, numa extensão de 900 quilômetros o território de nove grupos indígenas que vivem entre os Estados do Pará, Maranhão e Goiás, a ferrovia do projeto carajás vai provocar um "impacto" nos 4360 índios atingidos, como reconhece a própria FUNAI, no seu documento sobre o apoio às comunidades indígenas. Concebido para ser executado entre 1982 e 1986, o Projeto de Ferro Carajás vai afetar diretamente os grupos indígenas Urubucaapor, Guajá, Guajará, Xicrin, Paracatége (Gavião), Paracanã, Apinagé, Suruí e Cricati. Embora reconhecendo que a vida dessas comunidades indígenas sofrerá um impacto com a construção e posterior operação da ferrovia, o estudo elaborado pela FUNAI não menciona sequer uma vez quais os prejuízos previstos para os índios. O documento, que segundo o presidente da FUNAI, "foi elaborado em bases absolutamente científicas", se limita a uma abordagem histórica sobre os índios que vivem na área, o censo das comunidades e, finalmente, o detalhamento dos gastos com a implantação de projetos e infra-estrutura básica nas aldeias. No início do documento da FUNAI, há uma informação dizendo que os índios atingidos pelo Projeto Carajás "tiveram participação efetiva nos estudos preliminares, expressando seus anseios". Para os guajás por exemplo, essa participação é impossível. Contatados entre os anos de 74 e 75, quando sofreram um massacre no qual morreram nove índios, eles pouco conhecem a língua portuguesa, e há ainda três grupos arredios. Equivoccs dessa natureza ocorrem também com os outros grupos atingidos. (FSP - 11/7/82)

ÍNDIOS ATACAM E MATAM DOIS

A FUNAI confirmou somente ontem, a morte de dois funcionários do posto de atração do órgão no rio Itacoai, próximo da fronteira do Brasil com a Colômbia, atacados ao meio-dia de terça-feira por um grupo de índios kurubu, que habita o vale do Javari, no Alto Solimões. Foram mortos quando abriam uma picada na mata, a 500 metros do posto de atração Marubo, onde a FUNAI mantém uma equipe. Um dos funcionários do posto explicou que as vítimas cometem um erro tático: em vez de arrastar pelo chão a canoa que traziam, colocaram-na nos ombros. Isso tirou-lhes a visão da mata e acabaram sendo surpreendidos por 12 índios, que atacaram com bordunas. (ESP - 16/7/82)

A ATRAÇÃO DOS KURUBU

As tentativas de atração dos kurubu foram iniciadas em 1975, mas no mesmo ano a FUNAI decidiu fechar o posto Marubo, alegando que era grande a resistência dos índios, reativando-o este ano. Os kurubu têm sérios conflitos com madeireiros e seringueiros da região que invadem suas terras, matando-os e transmitindo-lhes doenças: Os índios não sabem quem é a favor ou contra eles. Todos são brancos e, portanto, ameaçadores. Os kurubu, arredios e hostis, estão com malária e sífilis e, no último domingo, o posto de atração conseguiu fazer com que oito deles aceitassem remédios. (ESP - 16/7/82)

MOVIMENTOS POPULARES

MOVIMENTO CONTRA BNH

Uma concentração popular, com a participação de representantes de 150 associações de moradores do Grande Rio, está sendo anunciada para o próximo dia 21, em frente à sede do BNH, no Rio, para "marcar um protesto contra os desvios da política habitacional." Paralelamente, a entidade organizadora, a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio (Famerj), prepara uma interpelação judicial contra os dois ministros que considera responsáveis por estes desvios; o do Interior, e o do Planejamento. Sob a legenda "Em Defesa da Moradia", o movimento pretende encaminhar ao presidente do BNH um documento com as reivindicações das associações. O documento dos moradores reivindicará "que o aumento de 89,03% seja suspenso; que os reajustes semestrais sejam eliminados; que as financeiras sejam afastadas do Sistema Financeiro de Habitação, na faixa de habitação popular, (na qual o BNH deverá passar a atuar como banco de primeira linha, isto é, financiando diretamente o comprador, sem intermediários); que as financeiras respeitem as cartas-compromisso assinadas com os compradores; que se ponha fim aos despejos; que seja dada posse definitiva de terrenos ocupados por posseiros; que sejam legalizados os loteamentos irregulares; e que seja posta em discussão uma nova política habitacional, com os diversos segmentos da sociedade, incluindo associações de moradores". (FSP - 10/7/82)

40 FAMÍLIAS EXPULSAS EM UBERABA

Cerca de 40 famílias que invadiram uma área próxima à estação da Fepasa em Uberaba (MG) foram retiradas ontem pelos proprietários, com apoio de 40 policiais e utilização de tratores para derrubar os barracos construídos pelos invasores. Os ocupantes, na maioria moradores da periferia, alegam que foram informados, na própria Prefeitura, de que o terreno era municipal e estava praticamente abandonado. No fim de semana, eles limparam a área e começaram a levantar os barracos. Mas, ontem de manhã, depois de provar que o terreno não era da Prefeitura, os proprietários procederam à retirada dos invasores. O padre Américo, da Igreja Nossa Senhora das Graças, disse que "os invasores são moradores da periferia que não estão mais conseguindo pagar aluguéis e desejam uma casa para morar". (FSP - 14/7/82)

ENTIDADES VÃO ÀS RUAS CONTRA O PRÓ-FAMÍLIA

Representantes de mais de 70 entidades - entre sindicatos, Sociedades Amigos de Bairros e partidos políticos - participarão hoje, às 10 horas, de manifestação diante da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, em protesto contra o que consideram uma política eleitoreira e a implantação do Pró-Família. Este programa, segundo algumas entidades, "é o pretexto de planejamento familiar, prega o controle da natalidade". O secretário voltou ontem a coagir funcionários, ameaçando-os de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Disse ter informações do Deops de que as críticas à Secretaria são de "grupos infiltrados". (FSP - 15/7/82)

FAVELADOS E O PRÓ-FAMÍLIA

Cerca de cem pessoas residentes em favelas das zonas Leste e Sul da capital paulista, representando 52 núcleos, estiveram ontem no Ibirapuera

para reivindicar, inutilmente, um plano de urbanização nas favelas, com instalação de redes de água, luz e esgoto, pavimentação e construção de equipamentos sociais. Os moradores, pertencentes ao Movimento de Favela de São Paulo, portavam cartazes e tentaram ser recebidos pelo prefeito. O secretário da Família e Bem-Estar Social chegou a manter ríspido diálogo com os favelados. Segundo os manifestantes, o secretário teria alegado que "estavam recebendo dinheiro de alguém para aprontar tumultos". Um dos favelados, entretanto, contestou: "Ninguém está aqui sendo pago para isto. Queremos apenas reivindicar melhorias". Segundo este favelado, "a nova política na Secretaria da Família e Bem-Estar Social é uma política de trocas: "O planejamento familiar em troca das melhorias na favela. A partir de agora, desabafou, vamos ter quantos filhos o prefeito quiser". (FSP - 14/7/82)

IGREJA

BISPOS DEBATEM A VIOLÊNCIA

"Hoje, a não erradicação da injustiça social custa muito mais ao Brasil do que custaria a sua erradicação. Isso devido à situação de injustiça estrutural de uma sociedade profundamente assimétrica, desproporcional, composta de uma rica minoria afluente e de uma pobre maioria carente. Alimenta-se, entretanto, a ilusão de que simplesmente acabar com a criminalidade mediante uma violência repressiva significa acabar com a própria violência". Esta é a conclusão do documento de estudos para a Campanha da Fraternidade do próximo ano - Fraternidade Sim, Violência Não - que está sendo analisado pelos 335 bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O documento consta de 30 páginas e já havia sido divulgado em parte, pela CNBB (ver Aconteceu nº 191), e somente ontem foi distribuído na íntegra. (JB - 9/7/82)

IGREJA CEDERÁ TERRAS

A paróquia de Buritama (SP) analisará, caso a caso, a situação dos foreiros da área conhecida como Patrimônio da Santa, ocupada por 500 famílias, e cederá gratuitamente as terras àqueles que não tiverem condições de pagá-las e cobrará uma porcentagem sobre o valor real da propriedade àqueles que podem pagar, ficando porém descartada a possibilidade de uma remissão coletiva. A decisão sobre o problema, que se arrasta há anos, foi anunciada em São José do Rio Preto (SP), pelo bispo dom José de Aquino Pereira. Ele acrescentou que a porcentagem a ser estabelecida obedecerá ao critério de tempo de ocupação da área: os foreiros com menos de 10 anos de fixação no local estarão sujeitos a um pagamento mais elevado e aqueles, com tempo superior, pagarão 2,5% sobre o valor real da propriedade. "É uma coisa mínima", disse o bispo, informando ainda que a Igreja, como nunca se preocupou em tirar lucro daquilo nem em auferir renda, recebeu o movimento dos foreiros com tranquilidade e "não quis se prestar a uma exploração política", referindo-se à atuação de correntes políticas do PMDB e PDS junto aos proprietários da área. Atribuiu a proximidade da campanha política à intensificação, em Buritama, do movimento para reivindicar que a Cúria fizesse uma remissão coletiva dos foreiros. (FSP - 14/7/82)

PADRE PEDE GARANTIAS

O padre canadense Vítor Asselin, vigário da paróquia de São Vicente de Paula, em São Luís (MA), pediu garantias à Secretaria de Segurança do Estado, por estar sendo ameaçado de morte em função de denúncias que fez contra grileiros do município de Imperatriz. Ele foi avisado pelo bispo da diocese de Carolina, dom Alcimar Magalhães, de que seu assassinato estaria sendo preparado pelo empresário Davi Alves Filho, pelo ex-juiz e ex-reitor da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, José Ribamar Fiquene, candidato a prefeito de Imperatriz pelo PDS, e pelo advogado e fazendeiro Agostinho Noleto. O motivo das ameaças foi a publicação, há cerca de dois meses, do livro "Grilagem - Violência e Corrupção em Terras de Carajás", de autoria do sacerdote canadense, no qual pessoas influentes são acusadas de ocupação e venda ilegal de terras. O advogado Agostinho Noleto - citado 21 vezes no livro, como envolvido em grilagem, expulsão de lavradores e no oferecimento de 500 mil hectares de terras a um grupo empresarial da cidade paulista de Marília - foi quem levou ao bispo o aviso de que o padre será assassinado. O padre Vítor Asselin foi o fundador e primeiro coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, exercendo, posteriormente, o cargo de vice-presidente nacional da CPT. Agostinho Noleto é próspero fazendeiro, vice-presidente da subseção da OAB naquele município, vice-governador do "Lions Clube" e membro de diversos movimentos da Igreja católica na região, sendo presidente da Comissão Justiça e Paz da diocese e conhecido como fervoroso cursilhista. (FSP - 10/7/82)

POLÍTICA NACIONAL

O PROBLEMA DOS VOTOS NULOS

A quatro meses do pleito de 15 de novembro, o eleitorado ainda não sabe como votar. O projeto de lei do senador Itamar Franco (PMDB-MG), sobre a cédula colorida, foi aprovado no Senado, porém acha-se encalhado na Câmara dos Deputados. O PDS receia que ela seja convertida em instrumento de propaganda partidária, e por isso lhe nega apoio. A iniciativa do parlamentar mineiro tem como objetivo facilitar o desempenho do votante ao chegar diante da urna, pois esse ato se complicou de tal maneira, com a obrigatoriedade do voto vinculado, que ameaça invalidar o próprio resultado geral das eleições. Três experiências para verificar o grau de erro e acerto no uso da cédula vinculada, produziram uma amostragem catastrófica. Quer dizer, a quantidade de votos nulos revelou-se superior à dos que seriam considerados válidos. Se o fenômeno se repetisse nacionalmente, a 15 de novembro, provocando a anulação da maioria das cédulas, então a consequência, conforme determina a lei, seria a invalidação da eleição mesma. E aí estaria o pretexto para os adversários do sistema democrático reiterarem seus chavões de que o povo brasileiro não se acha preparado para exercer seus direitos de eleitor, faltando-lhe pois capacidade para a escolha direta dos altos representantes nacionais. Isso sem contar a falta do hábito de milhões de novos votantes. Se o PDS não aceita a fórmula da cédula colorida para simplificar um pouco o ato do voto, tem o dever de encontrar outra que permita a todos os partidos o engajamento imediato numa campanha, por assim dizer, de alfabetização eleitoral. O tempo corre. Se providências efetivas não forem tomadas com urgência, o que agora parece um perigo algo distante - anulação do pleito - poderá converter-se em realidade. (FSP - 15/7/82)

OUTRAS

Na sequência do número anterior, apresentamos nesta seção mais informações sobre a conjuntura econômica atual para eventual reflexão dos leitores.

UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA...

Desde os idos de 1966/67 não se observava, como agora, um volume tão grande de críticas à política econômica governamental e às autoridades responsáveis por sua condução. Esta situação é explicável em razão de dois fatores. De um lado, está a conjuntura econômica extremamente crítica, no que se refere à inflação, balanço de pagamentos, produção e emprego. De outro, a evidente frustração da estratégia do governo para enfrentar as dificuldades econômicas e, mais do que isso, a inexistência, hoje, de uma política clara e coerente para evitar que a nossa economia soçobre em face das restrições internacionais e do furor inflacionário. (FSP - 14/7/82)

...PARA ENFRENTAR A DIFÍCIL SITUAÇÃO...

A insatisfação é tamanha, que as críticas já não se concentram nas figuras menores e escassamente dotadas para o exercício eficiente da política econômica, como o ministro da Fazenda ou o presidente do Banco Central. O alvo principal dos ataques passou a ser o todo-poderoso ministro do Planejamento Delfim Neto. Sua vulnerabilidade, hoje, se reflete em declarações de figuras como o professor Eugênio Gudin. Pode-se discordar, da maior parte das declarações do ex-ministro da Fazenda do governo Café Filho, imbebidas de uma visão ultraconservadora e obsoleta do processo econômico e político. Como divergir, porém, de considerações do tipo: "Posso analisar em meus artigos, por exemplo, a política de Reagan, de Mitterrand, mas não a do Delfim Neto, porque não sei qual é, e, creio, ninguém sabe, a não ser ele próprio." (FSP - 14/7/82)

...DEVE SER AMPLAMENTE DEBATIDA

Indiscutível que um quadro econômico tão adverso como o atual não se deve apenas aos equívocos e à perda de credibilidade das autoridades econômicas. Seria nêscio desconsiderar, por exemplo, os reflexos negativos da crise mundial sobre nossa economia. Caberia levar em conta, ademais, que os equívocos e o descrédito não se explicam somente pela atuação dos indivíduos, mas também pelo sistema vigente de tomada de decisões governamentais, ainda caracterizado pelo autocratismo do regime de 1964. Nesse contexto, mais do que a eventual mudança da equipe econômica governamental, é preciso debater as linhas de uma nova política. Essa discussão vem sendo veiculada em parte pela imprensa, que vem apresentando uma série de pontos de vista a respeito de questões substantivas do drama econômico que o País atravessa. Necessário, porém, que o debate transcendam os limites das páginas de jornal e que seus resultados sejam implementados dentro de um sistema de decisões aberto à sociedade, aos seus reclamos, contribuições e aspirações. (FSP - 14/7/82)

CARTA DO LEITOR

SOBRE OS TRABALHADORES DA COFERRAZ

Companheiros

O COMITÊ DE SOLIDARIEDADE ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES, surgido a partir das lutas operárias de 1978, busca ser um espaço de divulgação, articulação e aprofundamento das formas de solidariedade que tais lutas exigem. Neste sentido, encaminhamos aos companheiros alguns dados sobre a atual e crítica situação dos trabalhadores da COFERRAZ, maliciosamente distorcida e divulgada através dos grandes meios de comunicação.

- 1) No reajuste salarial de novembro último, pressionados pela empresa com a ameaça de demissão, os trabalhadores aceitaram parcelar o percentual a que tinham direito, recebendo na ocasião apenas 10% nos meses de novembro e dezembro, ficando os 30,4% restantes para receber este ano. Esta diferença ainda não foi paga pela empresa. Em troca, a empresa garantia estabilidade até agosto de 82.
- 2) O último salário que os trabalhadores receberam foi referente ao mês de janeiro. Desde fevereiro, os trabalhadores estão sem receber um centavo.
- 3) O auxílio-desemprego, prometido por Murilo Macedo com grande estardalhaço, é de cerca de Cr\$ 13.280,00 apenas; é só uma parcela (não será recebido mensalmente) e somente 832 trabalhadores terão direito a recebê-lo (ainda não foi pago), de um total de 2.230.
- 4) O Fundo de Garantia, em vista da situação, teve autorização judicial para saque por parte dos empregados daquela empresa. Entretanto, não foi depositado pela empresa a partir de junho de 1981. Ou seja, quem foi admitido posteriormente a esta data, nada tem a receber.
- 5) Conhecemos a crise de desemprego atual. Os 2.200 companheiros da COFERRAZ, mesmo procurando outro emprego, disputam poucas vagas com muitos companheiros.
- 6) Diante da situação, foi formada a COMISSÃO DOS TRABALHADORES DA COFERRAZ para articular a luta e a solidariedade. O Sindicato de Santo André se encarregou da parte jurídica abrindo processo contra a empresa e cujo julgamento deu ganho de causa aos operários. Só que pelos trâmites legais, até serem leiloados os bens da empresa, e os recursos obtidos repassados aos operários, leva um bom tempo.
- 7) A Comissão também se encarregou de arrecadar fundos, através de "pedágios", visitas às casas, contato com autoridades, etc. No entanto, hoje, estas formas já saturaram e o desânimo ameaça tomar conta dos companheiros.
- 8) Algumas autoridades, a maioria demagogicamente e com fins visivelmente eleitoreiros, prometeram tomar providências que até hoje são aguardadas, (como suspensão do corte de luz e de água).
- 9) A fome é a ameaça que os rondava diariamente, tendo já atingido a muitos.

Em razão destas questões, solicitamos aos companheiros que divulguem ao máximo esta dolorosa situação, e procurem, dentro do possível, arrecadar fundos, que contribuirão sem dúvida para minorar os sofrimentos e a angústia daqueles companheiros. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone (011)440-2743 (à tarde), com a Comissão dos Trabalhadores da Coferraz, e qualquer quantia pode ser depositada na seguinte conta: ÉLIO CHACON

nº 91210-7

AGÊNCIA BRADESCO

SANTO ANDRÉ - SP

Contando com a solidariedade dos companheiros,
Um forte abraço

(COMITÊ DE SOLIDARIEDADE ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES - COMISSÃO DOS TRABALHADORES DA COFERRAZ - SP - 30/6/82)

CONCLAT PROVOCA DIVISÃO

A realização da II Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, nos dias 27, 28 e 29 de agosto próximo, está gerando divisão no meio sindical brasileiro. A questão é bastante ampla e envolve desde aspectos puramente sindicais, até interesses político-partidários. A questão de viabilidade ou inviabilidade da II Conclat em 1982 foi levantada poucos meses após a realização da primeira conferência em agosto passado, pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Eletricidade de São Paulo, Antonio Magri. Sua posição foi aos poucos conquistando adeptos no sindicalismo brasileiro, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esta mudança de posicionamento de muitas entidades de classe, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pode ser explicada, em parte, pela desconfiança dos dirigentes que participam do encontro anterior quanto à dedicação dos organizadores da conferência deste ano. Isto porque "vários integrantes da Comissão Nacional Pró-Cut são candidatos a cargos políticos nas próximas eleições". Outro fator que contribui para a mudança de posição dos dirigentes é o pouco tempo que há para organizar uma conferência a nível nacional, além da questão da representatividade das categorias (os critérios estabelecidos para a representação dos sindicatos não satisfaz a exigência de alguns desses órgãos de classe). Tais argumentos, para o outro lado, não são plausíveis, "porque as candidaturas desse ou daquele dirigente não iriam prejudicar a organização do evento", conforme declarou a diretora do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e integrante da Comissão Nacional Pró-Cut. Também afirmou que é necessário respeitar a decisão das bases (em referência à decisão dos encontros preparatórios da Conclat, realizado em 10 Estados, dos quais oito foram favoráveis à sua realização). Quanto à falta de tempo hábil para a organização da conferência, de acordo com um outro dirigente sindical, "apesar das falhas de comunicação dos organizadores, os encontros estaduais têm sido realizados e têm resultados mais produtivos do que os do ano anterior", e afirma que a realização da Conclat não implica a criação da Central Única de Trabalhadores (CUT), combatida por alguns sindicalistas, sob a alegação de que seria um órgão de cúpula e não das bases. Esta divisão no meio sindical tem aumentado nos últimos dias, pois ambas as partes (contrária e favorável) têm enfatizado suas posições; por seu turno, os sindicatos que apoiam a Conclat vêm reafirmando a realização do evento, enquanto os contrários têm tentado arregimentar alguns indecisos, promovendo reuniões ou mesmo negando as colônias de férias na Praia Grande, para acomodar as delegações de outros Estados. Radicalizando esta divisão, as acusações que se fazem a um ou outro grupo são de que há interesses políticos por trás das ações. Os favoráveis alegam que o boicote promovido pelas federações paulistas à Conclat, negando suas colônias de férias, "visa a atrapalhar o trabalho de alguns sindicalistas ligados às bases, ou mesmo beneficiar grupos políticos". Entretanto, para os opositores a reunião traria benefícios somente aos políticos do PT e não às bases. (ESP - 14/7/82)